



PATRONATO DE PRESOS E EGRESSOS DO ESTADO DA BAHIA

XVI SELEÇÃO DE ASSESORES JURÍDICOS

Instruções:

- Você deverá receber: uma folha destinada às respostas das questões objetivas e subjetivas; e este caderno contendo 30 questões.
- **É proibida qualquer identificação no caderno de resposta definitiva.**
- O candidato que, de alguma forma, se identificar no caderno de resposta, será ELIMINADO.
- Para cada questão objetiva há uma única resposta correta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido: qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; levantar da cadeira sem a devida autorização; portar aparelhos eletrônicos.
- Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.
- O tempo de duração da prova é de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo para marcação da folha de respostas.
- Somente será permitido o uso dos sanitários após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, desde que devidamente autorizado e acompanhado por fiscal.
- Somente após decorrida 2 (duas) hora do início da prova você poderá retirar-se da sala levando seu caderno de questões.
- É permitido o uso do Código Penal, Código de Processo Penal e Constituição Federal. Contudo, é proibido o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

1) São características do Inquérito Policial, exceto:

- a) Sigiloso.
- b) Indispensável.**
- c) Escrito.
- d) De execução discricionária.
- e) Inquisitivo

2) X desferiu três tiros em Y na cidade de Foz do Iguaçu. Ocorre que Y, em razão dos ferimentos, faleceu em um hospital na cidade de Punta del Leste, no Uruguai. Nesse caso, a competência para julgamento do caso será determinada:

- a) pelo domicílio ou residência do réu
- b) pelo lugar em que foi praticado o último ato de execução no território nacional, ou seja, Foz do Iguaçu.**
- c) pelo lugar da consumação do delito, ou seja, em Punta del Leste.
- d) pelo lugar em que foi praticado o último ato de execução, ou seja, Punta del Leste.
- e) pela prevenção.

3) Wallace, hemofílico, foi atingido por um golpe de faca em uma região não letal do corpo. Júlio, autor da facada, que não tinha dolo de matar, mas sabia da condição de saúde específica de Wallace, sai da cena do crime sem desferir outros golpes, estando Wallace ainda vivo. No entanto, algumas horas depois, Wallace morre, pois, apesar de a lesão ser em local não letal, sua condição fisiológica agravou o seu estado de saúde.

Acerca do estudo da relação de causalidade, assinale a opção correta.

- a) O fato de Wallace ser hemofílico é uma causa relativamente independente preexistente, e Júlio não deve responder por homicídio culposo, mas, sim, por lesão corporal seguida de morte.**
- b) O fato de Wallace ser hemofílico é uma causa absolutamente independente preexistente, e Júlio não deve responder por homicídio culposo, mas, sim, por lesão corporal seguida de morte.
- c) O fato de Wallace ser hemofílico é uma causa absolutamente independente concomitante, e Júlio deve responder por homicídio culposo.
- d) O fato de Wallace ser hemofílico é uma causa relativamente independente concomitante, e Júlio não deve responder pela lesão corporal seguida de morte, mas, sim, por homicídio culposo.

4) Considere a seguinte informação jurisprudencial: “*Súmula Vinculante nº 25 do STF*”: *É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.*” Os debates no STF que levaram à alteração de sua própria jurisprudência e à adoção da Súmula acima consagraram a prevalência do Pacto de São José da Costa Rica e de sua proibição de prisão civil (Artigo 7º, item 7, do Pacto).

Assinale a opção que contém a tese majoritária que fundamentou a decisão do STF.

- a) A natureza supraconstitucional das Convenções de Direitos Humanos já que estas são universais e possuem força vinculante.
- b) A natureza constitucional das Convenções de Direitos Humanos que no Brasil decorre do Artigo 5º, § 2º, da Constituição de 1988.
- c) A natureza supralegal das Convenções de Direitos Humanos que faz com que elas sejam hierarquicamente superiores ao código civil e ao de processo civil.**
- d) A natureza de lei ordinária das Convenções de Direitos Humanos, considerando que lei posterior revoga lei anterior.

5) (XV EXAME DA OAB) No dia 14 de setembro de 2014, por volta das 20h, José, primário e de bons antecedentes, tentou subtrair para si, mediante escalada de um muro de 1,70 metros de altura, vários pedaços de fios duplos de cobre da rede elétrica avaliados em, aproximadamente, R\$ 100,00 (cem reais) época dos fatos.

Sobre o caso apresentado, segundo entendimento sumulado do STJ, assinale a afirmativa correta.

a) É possível o reconhecimento do furto qualificado privilegiado independentemente do preenchimento cumulativo dos requisitos previstos no CP.

b) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no Art. 155, § 2º, do CP nos casos de crime de furto qualificado se estiverem presentes a primariedade do agente e o pequeno valor da coisa, e se a qualificadora for de ordem objetiva.

c) Não é possível o reconhecimento do privilégio previsto no Art. 155, § 2º, do CP nos casos de crime de furto qualificado, mesmo que estejam presentes a primariedade do agente e o pequeno valor da coisa, e se a qualificadora for de ordem objetiva.

d) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no Art. 155, § 2º, do CP nos casos de crime de furto qualificado se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa, e se a qualificadora for de ordem subjetiva.

6) (XV EXAME DA OAB) João Paulo, primário e de bons antecedentes, foi denunciado pela prática de homicídio qualificado por motivo fútil (Art. 121, § 2º, II, do Código Penal). Logo após o recebimento da denúncia, o magistrado, acatando o pedido realizado pelo Ministério Público, decretou a prisão preventiva do acusado, já que havia documentação comprobatória de que o réu estava fugindo do país, a fim de se furtar de uma sentença condenatória ao final do processo. O processo transcorreu normalmente, tendo ao réu sido assegurados todos os seus direitos legais. Após cinco anos de prisão provisória, foi marcada a audiência no Plenário do Júri. Os jurados, por unanimidade, consideraram o réu culpado pela prática do homicídio supramencionado. O Juiz Presidente então passou à aplicação da pena e, ao término do cálculo no rito tri-fásico, obteve a pena de 12 anos de prisão em regime inicialmente fechado. Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

a) Somente o juiz da Vara de Execuções Penais poderá realizar o cômputo do tempo de prisão provisória para fins de determinação do regime inicial de cumprimento de pena.

b) O magistrado sentenciante deverá computar o tempo de prisão provisória para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade.

c) O condenado deverá iniciar seu cumprimento de pena no regime inicial fechado e, passado o prazo de 1/6, poderá requerer ao juízo de execução a progressão para mais benéfico, desde que preencha os demais requisitos legais.

d) O condenado deverá iniciar seu cumprimento de pena no regime inicial fechado e, passado o prazo de 1/6, poderá requerer ao juízo sentenciante a progressão para o regime mais benéfico, desde que preencha os demais requisitos legais.

7) (Promotor de Justiça do DF - 2011 – MPDFT) A respeito dos princípios que informam o processo penal pátrio, assinale o item incorreto:

a) O princípio da busca da verdade no processo penal está sujeito a limitações, como a referente à inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.

b) Deriva do princípio *nemo tenetur se detegere* a impossibilidade de se obrigar o acusado a oferecer padrões vocais para subsidiar prova pericial de verificação de interlocutor ou a apresentar padrões gráficos para exame grafotécnico.

c) O princípio da ampla defesa implica que a defesa técnica seja indisponível e efetiva. Assim, o Supremo Tribunal Federal tem entendimento consolidado de que a deficiência da defesa constitui nulidade absoluta, que independe da constatação de prejuízo para o réu.

d) Em observância ao princípio do contraditório, o Supremo Tribunal Federal entende que constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto contra a rejeição da denúncia.

e) Prevalece o entendimento jurisprudencial de que não viola o princípio do juiz natural o julgamento por órgão composto majoritariamente por juízes convocados para compor órgão colegiado de Tribunal.

8) (PROCURADOR DO PR - 2007 - COPS/UDEL). Assinale a alternativa incorreta:

a) Os princípios de Direito Penal garantem que a interpretação dos casos penais, em quaisquer circunstâncias, deva ser realizada sob a égide de um sistema penal legalista, ou seja, vinculado ao formalismo legal, a um juízo de subsunção do fato à letra da lei.

b) O princípio da legalidade tem como um de seus corolários a reserva legal (artigo 1º do Código Penal), de modo que as condutas criminosas somente podem ser definidas através de norma legal federal.

c) A corrente neoretribucionista em Direito Penal tem influenciado a política criminal, segundo a qual a efetiva aplicação e execução das penas garantem a função preventiva geral positiva, bem como tem inspirado o movimento chamado de law in order.

d) O princípio da intervenção mínima em Direito Penal tem dois importantes corolários: a fragmentariedade e a subsidiariedade. O primeiro preconiza que somente os bens jurídicos mais relevantes merecem tutela penal, bem como apenas os ataques mais intoleráveis a estes merecem disciplina penal, enquanto o segundo prescreve que a intervenção penal só tem legitimidade quando outros ramos do Direito não oferecem solução satisfatória aos conflitos.

e) O princípio jurídico-penal da tipicidade garante a proibição da aplicação da analogia in mallam partem em Direito Penal.

9) (POLÍCIA CIVIL/RJ – INSPETOR – 2008). Relativamente aos princípios de direito penal, assinale a afirmativa incorreta.

a) Não há crime sem lei anterior que o defina.

b) Não há pena sem prévia cominação legal.

c) Crimes hediondos não estão sujeitos ao princípio da anterioridade da lei penal

d) Ninguém pode ser punido por fato que a lei posterior deixa de considerar crime.

e) A lei posterior que de qualquer modo favorece o agente aplica-se aos casos anteriores.

10) Considere as afirmações:

I- A progressão não pode ser concedida a réu reincidente;

II- A concessão e denegação da transferência do condenado a regime mais brando é medida jurisdicional;

III- A progressão pode ser pleiteada e concedida por habeas corpus ;

IV- O indeferimento da progressão sem fundamento devido constitui constrangimento ilegal;

V- Agravo em execução é o recurso cabível à decisão da progressão.

Assinale a alternativa correta:

a) todas as alternativas são verdadeiras;

b) as alternativas I, II, III e IV são verdadeiras;

c) as alternativas I, IV e V são verdadeiras;

d) as alternativas II, IV e V são verdadeiras.

11) (FCC - 2014 - DPE-PB - Defensor Público) Ao oferecer denúncia pela prática de homicídio duplamente qualificado, o Ministério Público requereu a decretação da prisão preventiva de João,

a) caso João seja primário e tenha bons antecedentes, a prisão preventiva não poderá ser decretada.

b) caso o Juiz decrete a prisão preventiva, poderá depois revogá-la se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

- c) se João responder preso ao sumário da culpa, no caso de ele vir a ser pronunciado o Juiz não precisará fundamentar a manutenção de João na prisão.
- d) como se trata de crime grave, este é fundamento suficiente para a decretação da prisão.
- e) em razão do in dubio pro reo, a decisão que denegar a prisão preventiva não precisa ser motivada.

12) (FCC - 2013 - DPE-SP - Defensor Público) Sobre a relação entre o sistema penal brasileiro contemporâneo e a Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) o princípio constitucional da humanidade das penas encontra ampla efetividade no Brasil, diante da adequação concreta das condições de aprisionamento aos tratados internacionais de direitos humanos.
- b) o princípio constitucional da legalidade restringe-se à tipificação de condutas como crimes, não abrangendo as faltas disciplinares em execução penal.
- c) o estereótipo do criminoso não contribui para o processo de criminalização, pois violaria o princípio constitucional da não discriminação.
- d) a seletividade do sistema penal brasileiro, por ser um problema conjuntural, poderia ser resolvida com a aplicação do princípio da igualdade nas ações policiais.**
- e) o princípio constitucional da intranscendência da pena não é capaz de impedir a estigmatização e práticas violadoras de direitos humanos de familiares de pessoas presas.

13) (FCC - 2009 - MPE-SE - Analista do Ministério Público - Especialidade Direito) Adotada a teoria finalista da ação,

- a) o dolo e a culpa integram a culpabilidade.
- b) a culpa integra a tipicidade e o dolo a culpabilidade.
- c) o dolo integra a punibilidade e a culpa a culpabilidade.
- d) a culpa e o dolo integram a tipicidade.**
- e) o dolo integra a tipicidade e a culpa a culpabilidade.

14) (UESPI - 2009 - PC-PI - Delegado) Marque a afirmação correta que se aplica seja aos crimes hediondos (Lei 8.072/90), seja ao tráfico ilícito e ao uso indevido de substâncias entorpecentes (Lei 11.340/2006), seja aos crimes de tortura (Lei 9.455/97).

- a) As penas aplicadas ao usuário de substâncias entorpecentes são: a advertência sobre os efeitos das drogas, a prestação de serviços à comunidade e a medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Estas, nos casos de descumprimento injustificado, podem ser convertidas em pena privativa de liberdade.
- b) O crime de associação para o tráfico ilícito de entorpecente é um crime de concurso necessário, devendo ter no mínimo 2 (dois) sujeitos ativos.**
- c) Os crimes de tortura, assim como os crimes hediondos, não admitem a anistia, a graça e o indulto.
- d) O roubo qualificado pelo resultado (lesão corporal grave e morte), estabelecido no art. 157 § 3º, é crime hediondo.
- e) Quem, sendo usuário de substância entorpecente, oferece droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem, pratica o crime de uso de substância entorpecente, com uma causa especial de aumento de pena pelo oferecimento da droga a terceira pessoa.

15) (FCC - 2006 - BACEN - Procurador - Prova 2) O resultado é prescindível para a consumação nos crimes

- a) materiais e de mera conduta.
- b) formais e materiais.
- c) formais e omissivos impróprios.
- d) omissivos próprios e materiais.
- e) de mera conduta e formais.**

16) (PC-SP - 2011 - PC-SP - Delegado de Polícia) Com relação às penas restritivas de direitos é correto afirmar:

- a) Substituem somente as penas de reclusão.
- b) Substituem pena privativa de liberdade, em caso de crime praticado com grave ameaça.
- c) **Não são aplicáveis ao reincidente específico**
- d) Substituem qualquer tipo de pena.
- e) Não têm caráter autônomo

17) (FCC - 2012 - MPE-AP - Analista Ministerial - Direito) José, primário, foi condenado a cumprir pena de 20 anos de reclusão pelo crime hediondo de latrocínio cometido no dia 20 de Abril de 2007. Neste caso, José deverá cumprir a pena

- a) inicialmente em regime fechado e terá direito à progressão para o regime semi-aberto após o cumprimento de, no mínimo, 12 anos da pena cominada.
- b) integralmente em regime fechado.
- c) **inicialmente em regime fechado e terá direito à progressão para o regime semi-aberto após o cumprimento de, no mínimo, 8 anos da pena cominada.**
- d) inicialmente em regime fechado e terá direito à progressão para o regime semi-aberto após o cumprimento de, no mínimo, 6 anos e 6 meses da pena cominada.
- e) inicialmente em regime fechado e terá direito à progressão para o regime semi-aberto após o cumprimento de, no mínimo, 10 anos da pena cominada

18) (FCC - 2008 - MPE-RS - Secretário de Diligências- Simulado TJ PA) Tício praticou um delito, foi processado e condenado. Um dia após o trânsito em julgado da sentença condenatória, uma lei nova, mantendo a mesma descrição do fato delituoso, modificou a pena cominada para esse delito. Nesse caso,

- a) aplica-se sempre a lei nova, se o agente ainda não tiver cumprido a pena imposta.
- b) não se aplica a lei nova, por já ter ocorrido o trânsito em julgado da sentença.
- c) aplica-se a lei nova, ainda que imponha sanção mais severa.
- d) **aplica-se a lei nova, se for mais benéfica ao autor do delito.**
- e) não se aplica a lei nova em razão do princípio constitucional da anterioridade da lei penal.

19) Assinale a alternativa INCORRETA sobre as prisões e as medidas cautelares diversas da prisão.

- a) A restrição da liberdade decorrente de flagrância delitiva não pode durar mais do que 24 (vinte e quatro) horas - período máximo de tempo para que o auto de prisão em flagrante seja encaminhado ao juiz competente - uma vez que o fundamento “prisão em flagrante” não é um título judicial suficiente para determinar que o sujeito permaneça preso.
- b) Se o juiz decidir converter a prisão em flagrante em prisão preventiva deverá, analisando o caso concreto, indicar no que consiste o fumus comissi delicti e o periculum libertatis, bem como mencionar os motivos pelos quais são inadequadas e insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão do artigo 319 do Código de Processo Penal.
- c) Foi decretada a prisão preventiva por conveniência da instrução criminal porque o réu ameaçou a testemunha. Ouvida a testemunha em audiência e, portanto, já produzida a prova, o réu deverá ser colocado em liberdade.
- d) Conforme previsão do Código de Processo Penal, se descumprida a medida cautelar diversa da prisão, o juiz, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em última hipótese, decretar a prisão preventiva.
- e) **O Código de Processo Penal autoriza que o juiz, baseado em seu poder geral de cautela, determine outras medidas cautelares diversas da prisão, para além das previstas nos seus artigos 319 e 320.**

20) De acordo com a Lei de Execução Penal é correto afirmar que:

a) indivíduo que tenha sido condenado, em processos distintos, a duas penas privativas de liberdade em regime inicial semiaberto, pode iniciar a execução em regime fechado, se o somatório das penas importar em valor incompatível com esse regime.

b) a inclusão do apenado no regime aberto depende da comprovação de que o mesmo já está trabalhando, porque deve comprovar a capacidade prévia de sustentar-se por meios lícitos.

c) a regressão de regime pode ser imposta ao apenado que, no curso da execução, seja condenado, por sentença transitada em julgado, pela prática de crime doloso ou, nos termos do regulamento da casa penal, da prática de falta grave.

d) o regime disciplinar diferenciado pode ser imposto tanto ao condenado quanto ao preso provisório, tendo como fundamento a prática de qualquer crime doloso, porque todos os crimes dolosos constituem faltas graves.

e) razões de segurança ou disciplinares autorizam o diretor do estabelecimento penal a suspender ou restringir certos direitos do preso, dentre eles o de receber visitas íntimas, mas não pode ser suspenso o direito às visitas normais dos familiares, porque essa é uma condição básica de ressocialização.

21) Marcelo está sendo investigado pela prática do delito de roubo simples, tipificado no artigo 157, caput, do Código Penal. Concluída a investigação, o Delegado Titular da 41ª Delegacia Policial envia os autos ao Ministério Público, a fim de que este tome as providências que entender cabíveis. O Parquet, após a análise dos autos, decide pelo arquivamento do feito, por faltas de provas de autoria. A vítima ingressou em juízo com uma ação penal privada subsidiária da pública, que foi rejeitada pelo juiz da causa, que, no caso acima, agiu:

a) Erroneamente, tendo em vista a Lei Processual admite a ação privada nos crimes de ação pública quando esta não for intentada.

b) Corretamente, pois a vítima não tem legitimidade para ajuizar ação penal privada subsidiária da pública.

c) Corretamente, já que a Lei Processual não admite a ação penal privada subsidiária da pública nos casos em que o Ministério Público não se mantém inerte.

d) Erroneamente, já que a Lei Processual admite, implicitamente, a ação penal privada subsidiária da pública.

22) Para a configuração do art. 28 da Lei nº 11.343/06:

a) É necessário que o agente faça uso do entorpecente.

b) É necessário que o agente carregue consigo quantidade considerável da substância entorpecente.

c) É necessário que o agente prove que a substância entorpecente portada é destinada a fins terapêuticos.

d) É necessária a análise da quantidade da substância entorpecente portada, o local e das condições em que se desenvolveu a ação, das circunstâncias sociais e pessoais, bem como da conduta e dos antecedentes do agente.

23) (FGV- 2014). Chico furtou duas camisas em determinada loja de departamentos. Ao deixar a loja, o alarme soou e Chico acabou sendo preso, processado e condenado pela prática do crime tipificado no Artigo 155 do Código Penal. O magistrado, ao realizar a dosimetria da pena, fixou a pena base em 2 (dois) anos de reclusão e, considerando que as duas camisas foram furtadas nas mesmas circunstâncias de tempo, lugar e modo de execução, aplicou a regra prevista no Artigo 71 do Código Penal e aumentou a pena em mais 6 (seis) meses, tornando-a definitiva em 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão. Entre a data do recebimento da denúncia e a da sentença condenatória passaram-se mais de 4 (quatro)

anos, e o magistrado acabou por reconhecer, na própria sentença condenatória, a extinção da punibilidade pela prescrição. Sobre a sentença, pode-se afirmar que:

a) está incorreta quanto à continuidade delitiva, porque Chico praticou crime único, mas a prescrição deve ser reconhecida.

b) está incorreta, porque Chico praticou dois crimes, em concurso material.

c) está correta quanto à continuidade delitiva, mas incorreta quanto ao reconhecimento da prescrição.

d) está correta quanto à continuidade delitiva e quanto ao reconhecimento da prescrição.

e) está incorreta, porque Chico praticou dois crimes, em concurso formal, mas a prescrição deve ser reconhecida.

24) Quanto ao remédio constitucional habeas corpus:

I- Pode ter tanto de caráter repressivo quanto preventivo;

II- Possui o objetivo de proteger o direito de livre locomoção;

III- É gratuito;

IV- Somente se concederá habeas corpus para salvaguardar a prática de ilegalidade ou abuso de poder perpetrados pelas autoridades.

a) Todas as afirmativas estão corretas

b) III e IV estão corretas

c) I, II e IV estão corretas

d) I, II e III estão corretas

e) I, II, III e IV estão corretas.

25) Tendo em vista a atual redação do Código de Processo Penal sobre a prisão, medidas cautelares e liberdade provisória é correto afirmar:

a) O magistrado não poderá decretar qualquer medida cautelar de ofício, ainda que durante a fase processual.

b) No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, deverá, automaticamente, decretar a prisão preventiva, não sendo possível a aplicação de outra medida cautelar substitutiva.

c) Ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo.

d) Se a infração for afiançável, a falta de exibição do mandado não obstará à prisão, e o preso, em tal caso, será imediatamente apresentado ao juiz que tiver expedido o mandado.

e) O preso especial poderá ser transportado juntamente com o preso comum.

26) Acerca dos assuntos discutidos no Direito Processual Penal, assinale a alternativa correta:

a) É ilícita a gravação de conversa informal entre os policiais e o conduzido ocorrida quando da lavratura do auto de prisão em flagrante, se não houver prévia comunicação do direito de permanecer em silêncio.

b) O direito de o indiciado permanecer em silêncio, na fase policial, pode ser relativizado em função do dever-poder do Estado de exercer a investigação criminal.

c) A apresentação de documento de identidade falso no momento da prisão em flagrante não caracteriza a conduta descrita no artigo 304 do CP (uso de documento falso), pois constitui mero exercício do direito de autodefesa.

d) Uma lei que reduza o prazo para a interposição de recurso não pode ser aplicada aos processos em andamento, haja vista que, em se tratando de norma mais gravosa, não pode retroagir para alcançar processos iniciados antes de sua vigência.

27) (Exame da OAB – FGV/2013.1) Um professor na aula de Processo Penal esclarece a um aluno que o Ministério Público, após ingressar com a ação penal, não poderá desistir dela, conforme expressa previsão do Art. 42 do CPP. O professor estava explicando ao aluno o princípio da

- a) Indivisibilidade
- b) Obrigatoriedade
- c) Indisponibilidade**
- d) Intranscendência

28) (FGV – 2010 – PC – AP – Delegado de Polícia) Relativamente à Lei de Drogas (Lei 11.343/2006), analise as afirmativas a seguir:

I. Em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos na Lei de Drogas, é permitida a infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, mediante autorização do Ministério Público.

II. O crime de tráfico de drogas (art. 33, da Lei 11.343/2006) é inafiançável, insuscetível de graça, indulto, anistia, liberdade provisória e livramento condicional.

III. Uma vez encerrado o prazo do inquérito, e não havendo diligências necessárias pendentes de realização, a autoridade de polícia judiciária relatará sumariamente as circunstâncias do fato, justificando as razões que a levaram à classificação do delito, indicando a quantidade e natureza da substância ou do produto apreendido, o local e as condições em que se desenvolveu a ação criminosa, as circunstâncias da prisão, a conduta, a qualificação e os antecedentes do agente.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.**
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas não estiverem corretas.

29) É objetivo do Patronato de Presos e Egressos da Bahia, exceto:

- a) A prestação de assistência jurídica e social a presos e egressos em qualquer estabelecimento prisional.
- b) Patrocinar a defesa de assistidos em prisão cautelar.
- c) Acompanhar os denunciados em audiências de instrução e julgamento.**
- d) Desenvolver e defender política penitenciária baseada nos princípios de justiça social e de garantia aos direitos humanos.

30) São meios para concretização dos objetivos do Patronato, EXCETO:

- a) Prestar assistência aos presos, visitando-os nos estabelecimentos penais.
- b) Pleitear junto a qualquer entidade, pública ou privada, benefícios que venham a facilitar a reintegração do liberado ou do egresso ao convívio social.
- c) Solicitar remuneração pelos serviços prestados nas unidades prisionais aos presos processados.**
- d) Auxiliar e orientar os liberados condicionais e egressos, de pena cumprida, durante os espaços iniciais da vida livre.

QUESTÕES SUBJETIVAS

Questão 1)

Jorge foi condenado pelo delito capitulado no art. 157, *caput*. Quando da dosimetria, na primeira fase, o magistrado considerou que não havia circunstância judicial desfavorável, fixando a sanção no mínimo legal. Subsequentemente, na segunda fase, reconheceu a menoridade e a confissão, circunstâncias legais atenuantes; contudo, deixou de aplicá-las em razão da inteligência da Súmula 231 do STJ, a qual dispõe: “a incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal”.

Comente criticamente o fato, tendo em vista o disposto nos artigos 65 e 68 do Código Penal, bem como os princípios limitadores do Direito Penal da Nova Ordem Constitucional (máximo 15 linhas).

- Princípio da legalidade: atenuantes ***sempre*** reduzem a pena;
- Princípio da individualização da pena, vez que as atenuantes são direitos subjetivos;

Questão 2)

Maurício cometeu o crime de furto no dia 10/02/2010, tendo a sentença condenatória transitado em julgado em 05/06/2013. Em 13/05/2011, Maurício é condenado pelo crime de homicídio simples; quando da análise das circunstâncias judiciais, o juiz considerou que Maurício ostentava antecedentes criminais, tanto em razão do crime de furto cometido em 2010 como em razão do Inquérito Policial, ainda em aberto, referente a um crime de roubo cometido em 02/01/2011.

À luz do enunciado da Súmula 444 do STJ (“é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base”):

- a) Agiu corretamente o magistrado?
- b) Seria correto dizer que Maurício é reincidente?

Fundamente sua resposta (máximo 15 linhas).

- NÃO agiu corretamente o magistrado;
- Princípio da presunção de inocência: não possui antecedentes, vez que não condenações transitadas em julgado;
- NÃO é reincidente;